

SOB O ESPECTRO DA INTERSECCIONALIDADE: MULHER, NEGRA E PROFESSORA

UNDER THE SPECTRUM OF INTERSECTIONALITY: WOMAN, BLACK AND TEACHER

 <https://orcid.org/0000-0002-0729-0392>, Letícia Laureano dos Santos ^A
 <https://orcid.org/0000-0001-9146-5425>, Denise Macedo Ziliotto ^B

^A Universidade La Salle, Canoas, RS, Brasil

^B Universidade La Salle, Canoas, RS, Brasil

Recebido em: 30 abr. 2021 | Aceito em: 05 out. 2021

Correspondência: Letícia Laureano dos Santos (letthy81@gmail.com)

Resumo

Esta pesquisa qualitativa de nível exploratório investiga a presença de mulheres negras na educação, examinando as interseccionalidades existentes nas experiências docentes, a partir da história de vida. A análise do percurso de uma professora universitária negra na perspectiva do lócus de enunciação estabeleceu-se a partir da interlocução com os marcadores de gênero e raça. O estudo revela que a escolha pela carreira docente se deu pelas restritas possibilidades de carreira e que a formação de professores tornou-se o seu foco de atuação. A intersecção de raça e gênero é visibilizada em episódios de discriminação no percurso educacional e profissional da professora entrevistada. A participação em coletivos configura um instrumento de resgate, valorização da cultura negra e conexão com a ancestralidade.¹

Palavras-chave: docência; ensino superior; feminismo negro; história de vida.

Abstract

This qualitative exploratory research investigates the presence of black women in education, examining the intersectionalities existing in teaching experiences, based on their life history. The analysis of the trajectory of a black woman university teacher from the perspective of the enunciation locus, was established by the interlocution with the markers of gender and race. The study reveals that the choice for the teaching career was due to the limited career possibilities and that the training of teachers became its focus of action. The intersection of race and gender is visible in episodes of discrimination in the educational and professional path of the interviewed teacher. Participation in collectives is an instrument of rescue, valorization of black culture and connection with ancestry.

Keywords: teaching; university education; black feminism; life's history.

Introdução

A reflexão acerca das contribuições de mulheres negras na educação contemporânea requer uma contextualização histórica sobre como se constituíram, no mundo moderno, as relações de gênero, raça e classe. Segundo Collins (2019), raça, gênero, sexualidade, nacionalidade, idade, entre outros elementos, constituem os principais marcadores sociais que



operam como classificações identitárias, pautando as opressões e desigualdades. Gonzalez (2016) declara que o racismo é concebido como uma construção ideológica cujas práticas se evidenciam em diferentes processos de discriminação, sendo perpetuado e reinterpretado de acordo com os interesses de quem dele se beneficia. Entende-se assim, que o racismo é uma das principais formas de opressão construídas e instituídas através do colonialismo. Contudo, Collins (2019) observa que o cruzamento de opressões de raça, classe e gênero, característica da escravidão e da colonização, configurou as relações sociais. Considerando as múltiplas formas de opressão, destaca-se que as mulheres negras são aquelas que mais vivenciam as suas consequências, impactando as interações no social ao longo da história.

Para a compreensão do impacto do racismo na vida das mulheres negras, Akotirene (2019) aponta a interseccionalidade como um conceito que objetiva o embasamento teórico-metodológico dos cruzamentos estruturais do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, que produzem as vias identitárias impactadas pelo cruzamento de gênero, raça e classe, entre outros marcadores sociais. Embora as mulheres brancas sejam marcadas pelas opressões de gênero e classe, suas identidades não são estabelecidas pelas questões raciais. Anzaldúa (2000) assinala que as violências sofridas pelas mulheres brancas diferem daquelas enfrentadas pelas negras. Embora também oprimidas pelo patriarcado, as mulheres brancas contam com privilégios estruturalmente negados às pretas e pardas. hooksⁱⁱ (1995) declara que as mulheres negras sempre estiveram hierarquicamente nos níveis mais baixos de gênero, raça e classe, sendo julgadas como inferiores, incompetentes e incapazes de mobilidade social.

No Brasil, dados estatísticos e até mesmo a ausência deles indicam as desigualdades sociais que marcam as mulheres negras. Nesta perspectiva, Gonzalez (2016) menciona a falta de informações sobre a situação das pretas e pardas em determinados setores da sociedade, denunciando que na década de 70 o Censo brasileiro excluiu o quesito cor dos indicadores referentes à educação e aos setores de atividade econômica da mulher negra e que, nos anos 80 foi incluído novamente, mas apenas como amostra. Tais fatos evidenciaram a intenção de omitir as informações a respeito da população negra no país e o interesse em aparentar a existência de uma harmonia racial. Bento (1995) destaca que na década de 90 novos estudos foram realizados trazendo outras perspectivas sobre a situação das mulheres negras no mercado de trabalho e educação. As pesquisas identificaram, por exemplo, que as afrodescendentes são as que primeiro ingressam no mercado de trabalho e as que mais tempo permanecem nele. Também são elas as que menos percebem o retorno do seu investimento em qualificação e as que apresentam os piores índices de desemprego.

No século XXI, as mulheres negras ainda enfrentam as maiores dificuldades de acesso às oportunidades de trabalho. Os homens brancos são o grupo que recebe maiores rendimentos, enquanto as mulheres negras não alcançam sequer a metade desta remuneração, recebendo em média 46% do valor recebido pelos não negros (DIEESE, 2020).

Outro aspecto significativo a ser mencionado se refere às dificuldades de acesso aos dados das mulheres negras em alguns substratos, como a docência universitária. O último levantamento que associa marcadores de gênero e raça na docência da educação superior realizado pelo Censo da Educação Superior faz referência aos dados coletados no ano de 2016 (INEP, 2017). As informações deste estudo demonstram que as mulheres pretas com doutorado são 0,4% do corpo docente na pós-graduação no Brasil. Quando somadas as mulheres pretas e pardas com doutorado, não chegam a 3% do total de docentes.

Apesar dos avanços dos estudos de gênero e das relações étnico-raciais, as investigações acerca da situação das mulheres negras em diferentes contextos ainda são pouco exploradas. Souza (2018) afirma que as produções centradas na mulher negra no Brasil ainda estão voltadas para os aspectos que evidenciam a condição de subalternidade, não abordando outras perspectivas de investigação. Carneiro (2003) defende que problematizar as diversas realidades que se entrecruzam com as questões de gênero na sociedade brasileira, exige uma reelaboração de discursos e práticas políticas. O elemento determinante para esta alteração de perspectiva é o emergente movimento de mulheres negras e as práticas políticas feministas no Brasil e no mundo.

Diante desse contexto, a investigação aborda a presença restrita de mulheres negras no ambiente universitário, especialmente na perspectiva dos estudos de gênero e raça. A pesquisa analisa a presença de mulheres negras na educação analisando as interseccionalidades presentes na experiência docente, na perspectiva da história de vida. Para tanto, os norteadores teóricos dialogam com o pensamento interseccional, estudos de gênero, raça e/ou educação a partir de Akotirene (2019), Anzaldúa (2000), Bairros (1995), Bento (1995), Carneiro (1995, 2003), Collins (2019), Davis (2016, 2019), Gomes e Jesus (2013), Gonzalez (2016), hooks (1995, 2013), Kilomba (2019), Munanga e Gomes (2016), Quadros (2015), Santos (2018) e Souza (2018). Foi desenvolvido estudo de caso com professora que atua em instituição privada da região metropolitana de Porto Alegre (RS), a partir da realização de entrevista, sendo posteriormente estabelecidos os seguintes eixos temáticos de análise: percurso educacional e profissional, docência na educação superior; raça, gênero e docência.

O artigo é dividido em quatro seções. Na primeira intitulada As mulheres negras e o movimento feminista, serão percorridos sobre os elementos históricos acerca da mulher negra

Revista Interinstitucional Artes de Educar. Rio de Janeiro, V.8, N.3 - pág. 941 - 961 set-dez de 2022: "Dossiê: Educação Especial numa perspectiva inclusiva, acessibilidade e inovação tecnológica".
DOI: <https://doi.org/10.12957/riae.2022.59478>

e a sua relação com as primeiras articulações dos movimentos feministas. Na segunda seção apresenta a contribuição das mulheres negras nos espaços formais de educação e na sequência é explicitado o percurso investigativo, que antecede a partilha da coleta de dados e a análise realizada na perspectiva do lócus da enunciação segundo Baptista (2019) e Bernardino-Costa e Grosfoguel (2016).

As mulheres negras e o movimento feminista

Nesta seção são apresentados aspectos históricos referentes à mulher negra e a sua relação com o surgimento dos primeiros movimentos feministas. Davis (2016) argumenta que no período escravista, as mulheres e homens escravizados sofriam de forma diferenciada os abusos e maus tratos. As punições violentas impostas aos homens consistiam em açoitamentos e mutilações, enquanto as mulheres eram açoitadas, mutiladas e estupradas.

Para Carneiro (1995) o estupro colonial da mulher negra pelo homem branco teve como consequência a miscigenação e criou as bases para o mito da democracia racial no Brasil. Gonzalez (2016) argumenta que os casamentos inter-raciais foram o resultado da violência contra as mulheres negras pelos senhores de engenho e traficantes de escravos. Tal acontecimento concorreu para a crença da inexistência de racismo, até hoje presente na sociedade brasileira. A respeito da realidade das mulheres negras escravizadas, Davis (2016) destaca que os castigos a qual eram submetidas eram mais intensos que os impostos aos homens, pois além de açoitadas e mutiladas, também sofriam constantes abusos sexuais. O estupro era mais uma forma de dominação e repressão, aniquilando o desejo das escravizadas de resistir à violência e ao mesmo tempo desmoralizando os homens negros ao verem suas companheiras sendo violentadas sexualmente.

Gonzalez (2016) argumenta que embora o elemento masculino tenha sido predominante, o sistema escravista não suavizou o trabalho da mulher negra. Enquanto trabalhadoras de oito, elas estimulavam seus companheiros para fugas ou revoltas, trabalhando ao seu lado de sol a sol. Como mucamas, a elas era destinada a tarefa de manter o bom andamento da casa grande lavando, passando, cozinhando, costurando e amamentando as crianças brancas. As negras também eram submetidas às investidas sexuais dos senhores brancos que convidavam os mais jovens para se iniciarem sexualmente com as mucamas consideradas mais atraentes. Após o trabalho na casa grande ou nas plantações, ainda cabia a estas mulheres o cuidado dos próprios filhos, além da assistência aos companheiros que chegavam exaustos do trabalho pesado.

Davis (2016) descreve que homens, mulheres e crianças eram responsáveis por manter ativa a mão de obra do regime escravista. Muitas escravizadas se negavam a ter filhos, pois

Revista Interinstitucional Artes de Educar. Rio de Janeiro, V.8, N.3 - pág. 941 - 961 set-dez de 2022: "Dossiê: Educação Especial numa perspectiva inclusiva, acessibilidade e inovação tecnológica".

DOI: <https://doi.org/10.12957/riae.2022.59478>

sabiam que estas crianças seriam submetidas ao trabalho forçado, açoites, violência física e/ou sexual. Gonzalez (2016) também afirma que frequentemente o suicídio era visto como a única alternativa para que os filhos que elas traziam em seus ventres não tivessem o mesmo destino de suas mães. Diante do exposto, fica evidente o sofrimento diário presente nas vidas das mulheres africanas que foram sequestradas e escravizadas.

Contudo, as opressões deste período histórico não impactaram apenas as vidas das mulheres negras, mas também das mulheres não negras. O machismo, o patriarcado e as relações de gênero marcadas pelo pensamento de superioridade do sexo masculino eram uma realidade vivenciada pelas não escravizadas. Davis (2016) assinala que mulheres brancas se uniram ao movimento abolicionista, pois se sentiam sensibilizadas com os abusos sexuais sofridos pelas mulheres negras. Embora estas mulheres tenham colaborado de maneira importante para a campanha antiescravagista, elas não conseguiam compreender a complexidade da situação da mulher escravizada. As primeiras feministas chegaram a descrever o casamento como sinônimo de escravidão, ensejando o entendimento de que a escravidão não era pior do que o matrimônio. A autora esclarece que as feministas brancas mais influentes do movimento antiescravagista eram mulheres da classe média e burguesia emergente, o que justifica o fato de ignorarem a condição das mulheres negras. No entanto, algumas mulheres brancas criticavam as sociedades antiescravagistas femininas por não considerarem as pautas das mulheres negras e por se manifestarem racistas em muitas de suas falas.

Percebe-se assim que o feminismo proposto pelas mulheres brancas inicialmente não contemplou as realidades vivenciadas pelas mulheres negras. Anzaldúa (2000) declara que se gradualmente o feminismo branco vai avançando, por outro lado, a mulher negra permanece invisível no mundo dominante dos homens e do feminismo. Davis (2019) assinala que as negras eram impedidas de falar em convenções de mulheres. Entretanto, as militantes negras argumentavam que o fato de sua raça e de sua situação econômica serem diferentes das mulheres brancas, não anulava a sua condição de mulher. Nos programas das feministas dos períodos pré e pós-abolição é evidente o apagamento dos problemas das trabalhadoras negras, evidenciando uma justificativa velada para a manutenção da exploração destas mulheres.

Embora os movimentos feministas tenham conquistado avanços ao longo da história, o machismo e o patriarcado deixam como legado as desigualdades de gênero que seguiram presentes na sociedade. Bairos (1995) declara que as mulheres seguem marcadas pelos mesmos estereótipos criados pela opressão patriarcal, onde as diferenças entre homens e mulheres sejam percebidas como fatos naturais e não sociais, sendo a opressão sexista entendida como um fenômeno universal.

Davis (2016) declara que as ideias que promoviam a inferioridade feminina eram acompanhadas de uma crescente propaganda racista. As pessoas de minorias étnicas eram retratadas como bárbaras e incompetentes; por outro lado as mulheres brancas eram representadas como figuras maternais que carregavam a responsabilidade de gerar e manter a supremacia branca, sendo consideradas as ‘mães da raça pura’. A autora enfatiza que muitas mulheres negras estavam dispostas a colaborar para a criação de um movimento multirracial pelos direitos políticos das mulheres. Porém, a cada tentativa elas eram traídas silenciadas pelas líderes feministas brancas. Akotirene (2019) assinala que as mulheres negras se lançaram contra a ordem patriarcal racista e capitalista. Elas escolheram lutar pelo direito ao voto feminino e pela abolição, defendendo homens negros e a mulheres brancas, reconhecendo que o marcador gênero explica as violências sofridas por mulheres brancas e que a categoria raça justifica o racismo imposto aos homens negros.

No contexto brasileiro, Gonzalez (2016) aponta que a mulher negra é praticamente excluída dos textos e do discurso do movimento feminista no país durante o século XX. A maioria dos textos, apesar de tratarem das relações de dominação sexual, social e econômica a que a mulher está submetida, não consideravam a opressão racial. Conforme Carneiro (2003) os movimentos sociais progressistas da sociedade brasileira, entre eles o feminismo, estiveram pautados na visão eurocêntrica e universal em relação às mulheres. Havia uma incapacidade de reconhecer as diferenças e desigualdades presentes no universo feminino. As vozes e os corpos de mulheres vítimas de outras formas de opressão além do sexismo continuaram sendo silenciadas, estigmatizadas e na invisibilidade.

Gonzalez (2016) assinala que a fala das negras feministas era acusada de emocional e revanchista. A resistência em relação às suas manifestações evidenciava o atraso político a respeito das pautas das afrodescendentes, a necessidade de negar o racismo que estrutura a sociedade brasileira e a exploração da mulher negra pelas próprias mulheres brancas. Ao longo do último século novas perspectivas foram abertas nos setores burocráticos graças às lutas dos movimentos feministas. No entanto, essas atividades exigiam um nível de escolaridade que a maioria das mulheres negras ainda não possuía e as poucas que conseguiam alcançar os mais altos níveis de escolaridade, a exigência de boa aparência camuflava a seleção racial que era determinante.

Collins (2019) explicita que o racismo, o sexismo, a exploração de classe e as discriminações contra os sujeitos subalternizados pelos padrões hegemônicos afetam a vida de todos, e por isso a análise interseccional se faz necessária. Akotirene (2019) observa que a interseccionalidade tem permitido um pensamento crítico que visa compreender a fluidez das

Revista Interinstitucional Artes de Educar. Rio de Janeiro, V.8, N.3 - pág. 941 - 961 set-dez de 2022: “Dossiê: Educação Especial numa perspectiva inclusiva, acessibilidade e inovação tecnológica”.
DOI: <https://doi.org/10.12957/riae.2022.59478>

identidades subalternas impostas a preconceitos, subordinações de gênero, de classe e raça e às opressões estruturantes da matriz colonial moderna. Assim sendo, o racismo, o capitalismo e o heteropatriarcado precisam ser analisados com base no pensamento interseccional. Bairros (1995) concebe que a análise interseccional traz consigo uma longa tradição feminista entre mulheres negras, baseando-se no pensamento daquelas que transgrediram ideais hegemônicos, expressando uma consciência sobre a intersecção de raça e classe nas relações de gênero.

Acerca da realidade da mulher negra do contexto contemporâneo, Davis (2016) assinala que o espaço que o trabalho ocupa hoje na vida destas mulheres ainda reproduz um padrão de opressão estabelecido no período colonial. Bairros (1995) argumenta que os marcadores de raça, gênero, classe social, orientação sexual se reconfiguram mutuamente formando um mosaico que somente pode ser entendido de forma interseccional. Assim sendo, ser mulher não deve ser compreendido como uma identidade única e esta percepção é importante para a compreensão sobre diversidade existente no feminismo. A análise crítica sobre as diferentes experiências das mulheres é fundamental para que os padrões que estabelecem a inferioridade da mulher e do homem negro sejam desconstruídos.

Para Carneiro (2003) a diversificação das concepções e práticas políticas que mulheres dos grupos subalternizados introduzem no feminismo é resultado de um processo dialético que promove a afirmação das mulheres em geral como novos sujeitos políticos e exige o reconhecimento da diversidade e desigualdades existentes entre elas. Gonzalez (2016) aponta a inegável importância do papel da mulher negra em nossa sociedade e como os estudos desse tema podem revelar aspectos da nossa realidade cultural que muitos pesquisadores omitem ou desconhecem. Akotirene (2019) afirma que as mulheres negras foram as que mais lutaram para redemocratizar o país e se levantaram contra os padrões sociais coloniais hegemônicos. Especificamente na educação, muitas delas dedicaram suas vidas no combate aos estereótipos racializados, que ainda reduzem a mulher a lugares de subalternidade.

A contribuição das mulheres negras nos espaços formais de educação

De acordo com a ideologia racista, a população negra foi percebida como incapaz de progressos intelectuais, sendo escravizada por ser naturalmente inferior aos brancos. No entanto Davis (2016) salienta que se os sujeitos negros fossem realmente inferiores em termos biológicos, não teriam se demonstrado capazes de adquirir e produzir conhecimento ao longo da história da humanidade.

hooks (1995) argumenta que o sexismo e o racismo juntos perpetuam uma representação coletiva de servidão atribuída às mulheres negras. Desde a escravização negra até a

Revista Interinstitucional Artes de Educar. Rio de Janeiro, V.8, N.3 - pág. 941 - 961 set-dez de 2022: "Dossiê: Educação Especial numa perspectiva inclusiva, acessibilidade e inovação tecnológica".
DOI: <https://doi.org/10.12957/riae.2022.59478>

contemporaneidade, seus corpos são vistos como o símbolo de uma presença feminina que se aproxima da natureza selvagem e primitiva. Davis (2016) assinala que as ideias de eugenia difundidas no início do século XX trouxeram novas articulações entre o racismo e o sexismo. O pensamento supremacista branco e masculino ganhou forte influência na atmosfera intelectual nos primeiros anos do século passado. Conforme Collins (2019) a intersecção de opressões de raça, classe e gênero herdadas da escravidão, configurou todas as relações sociais das mulheres afrodescendentes. Também definiu o contexto em que a relação das mulheres negras com a educação se desenvolveu. Em consequência disso, Davis (2016) aponta que as mulheres que conseguiam ter acesso à instrução acadêmica associavam o conhecimento à batalha coletiva do povo negro por igualdade e emancipação.

Kilomba (2019) concebe que as afrodescendentes são condicionadas à marginalidade e ao silenciamento, não sendo proporcionado a elas espaço para a articulação de suas ideias. Nas universidades, por exemplo, elas são classificadas, desumanizadas e inferiorizadas, tornando-se este mais um cenário para a reprodução de violências. Os saberes trazidos por estas mulheres, que não se enquadram no padrão eurocêntrico, são continuamente rejeitados. Santos (2018) avalia que nos percursos de formação escolar e profissional a mulher negra enfrenta situações de discriminação de gênero e raça, estando sub-representada em diversas esferas, sendo a docência no ensino superior uma delas. Contudo, Anzaldúa (2000) explicita que embora as barreiras impostas sejam inevitáveis, elas precisam ser atravessadas para que esta realidade seja modificada. É neste sentido que o feminismo negro e educação caminham lado a lado.

hooks (1995) declara que as afrodescendentes precisam desenvolver um pensamento estratégico e crítico acerca de seus próprios méritos e conquistas, pois assim elas conseguirão se desvencilhar das validações impostas pelas instituições e indivíduos que insistem em desacreditar de suas capacidades intelectuais. A pesquisadora também destaca que a política do patriarcado torna distinta a realidade de mulheres e homens negros nos espaços de produção de conhecimento, pois embora eles também enfrentem o racismo, não enfrentam a discriminação de gênero.

Akotirene (2019) defende que as mulheres negras nas universidades rompem a lógica hegemônica das teorias feministas, pois o racismo estruturado na modernidade impõe-se como um peso para mulheres e homens negros. Logo, hooks (1995) concebe que as intelectuais negras necessitam do apoio e estímulo de seus pares homens. O sexismo e a competitividade acadêmica impedem a formação de comunidades intelectuais negras; no entanto são nessas organizações que surgem os movimentos de resistência dos afrodescendentes que reconhecem o fortalecimento de suas posições através do apoio mútuo.

Revista Interinstitucional Artes de Educar. Rio de Janeiro, V.8, N.3 - pág. 941 - 961 set-dez de 2022: "Dossiê: Educação Especial numa perspectiva inclusiva, acessibilidade e inovação tecnológica".

DOI: <https://doi.org/10.12957/riae.2022.59478>

Gonzalez (2016) observa que o trabalho que o feminismo negro realizou nas últimas décadas gerou discussões em diversos espaços: favelas, periferias, salas de aula, prisões, com crianças, adolescentes ou adultos, indicando uma crescente conscientização política. Leis como a que estabelece as diretrizes e bases para inclusão da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nas instituições ensino (BRASIL, 2003) são fundamentais para a tomada de consciência coletiva sobre as contribuições dos povos africanos e dos povos originários. Com base nesta legislação, referências negras e afro diaspóricas passam a fazer parte dos currículos escolares e das práticas de ensino desde a educação básica.

Diante da resistência de educadores não negros para a aplicação desta lei, evidenciada em diversas instituições de ensino, a presença de mulheres negras à frente das salas de aula tem sido fundamental para que ela se efetive. Para hooks (1995) quando as mulheres negras trazem elementos de sua herança ancestral e os usam construtivamente em diversos lugares - sala de aulas, palestras - ajudam a quebrar um ciclo de dominação eurocêntrica, rompendo estereótipos.

As contribuições de pesquisadoras negras do Brasil e do exterior, que há décadas interseccionam feminismo negro, militância e educação fundaram bases sólidas para que outras afrodescendentes também possam trilhar esse caminho. hooks (1995) analisa que afrodescendentes que atuam no âmbito acadêmico enfrentam um mundo onde sua presença ainda é recebida com estranhamento e desconfiança. Segundo a autora, quando o trabalho de estudiosas negras for lido e/ou discutido no escopo universitário haverá maior reconhecimento e visibilidade de suas produções e contribuições. As novas gerações também serão estimuladas a desenvolver uma consciência coletiva que vislumbre a igualdade social independentemente de raça, gênero, classe, entre outros marcadores que interseccionam opressões.

Em ambientes educacionais, a presença destas mulheres é determinante para que as práticas que visam uma educação mais democrática e antirracista se efetivem. Munanga e Gomes (2016) defendem que as educadoras negras realizam um trabalho fundamental de denúncia contra o racismo, através de palestras, projetos e debates em sala de aula sobre educação antirracista, direitos humanos, história dos povos africanos e originários no Brasil, entre outros. Sobre a ocupação de professoras negras no espaço universitário, Quadros (2015) indica que a realização de estudos sobre a presença destas mulheres negras precisa se caracterizar por uma ação humanizadora, libertadora, emancipadora e que possibilite a reflexão. Enfatiza-se, portanto, que a compreensão das experiências de mulheres negras na construção de suas carreiras docentes e os atravessamentos existentes a despeito das discriminações de raça e gênero se faz necessário.

Percurso investigativo

A presente investigação possui enfoque qualitativo, de nível exploratório, tendo por objetivo analisar, partir da perspectiva da história de vida, as intersecções relativas à discriminação vivenciadas por docentes negras no ensino superior. Segundo Goldenberg (2004) o método qualitativo busca compreender de forma profunda determinados fenômenos sociais, permitindo o tratamento de suas subjetividades e da singularidades.. Em relação à característica do estudo, identifica-se com a pesquisa exploratória que conforme Gil (2008), proporciona uma visão aproximativa, acerca de determinado fato, realizada principalmente quando o tema escolhido é pouco explorado.

A participante foi escolhida por conveniência, a partir de contatos profissionais e pessoais das pesquisadoras, tendo como critérios de inclusão ser negra e ser professora de instituição de nível superior na área de educação na região metropolitana de Porto Alegre. Mediante a confirmação da disponibilidade, foi agendada entrevista virtual via Skype – em virtude do contexto pandêmico atual (Covid-19). Foi inicialmente apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e também solicitada permissão para gravação. Posteriormente a entrevista foi transcrita e analisada. O nome da participante foi alterado durante a transcrição a fim de manter o seu anonimato, sendo atribuída denominação de inspiração africana.

A coleta de dados, a partir da entrevista realizada, foi obtida na perspectiva da história de vida, especialmente pautando-se no contexto docente. Santos (2018) explicita que esta técnica permite vislumbrar na narrativa da entrevistada os atravessamentos das questões de gênero, raça e de que maneira eles foram e são determinantes no processo de constituição da identidade e sentimento de pertencimento social. Além disso, ela é pautada na livre exposição e manifestação do pensamento, das interpretações e dos entendimentos da participante sobre os fatos vividos. Josso (2007) sustenta que trabalho de pesquisa a partir da narração das histórias de vida ou de histórias centradas na formação, permite estabelecer como as mudanças sociais e culturais se relacionam com a evolução dos contextos de vida profissional e social.

No tratamento do material advindo das narrativas, desenvolveu-se a análise sob a perspectiva do lócus da enunciação, que de acordo com Baptista (2019) se caracteriza por não remeter apenas ao nível descritivo das palavras ditas, mas reporta o plano hermenêutico-crítico das causas, finalidades e lugares de fala. Bernardino-Costa e Grosfoguel (2016) defendem que o lócus de enunciação não é marcado unicamente pela localização geopolítica dos sujeitos, mas também pelas hierarquias raciais, de classe, gênero e sexuais que incidem sobre estes corpos.

Destaca-se ainda que, em virtude da convergência de lugares de fala entre pesquisadora e entrevistada – mulher, negra, educadora, residente na região metropolitana de Porto Alegre - essa perspectiva de análise permite um olhar aproximado acerca da história de vida compartilhada. Com base na narrativa da participante, foram estabelecidos eixos temáticos de análise que buscam elucidar o escopo de pesquisa: percurso educacional e profissional, docência na educação superior, raça, gênero e docência.

A história de vida de Dyamiⁱⁱⁱ

Inicialmente é apresentada a participante desta investigação. Dyami é pedagoga, especialista em supervisão escolar, MBA em Gestão Educacional e Mestre em Teologia. É professora há mais de três décadas e há 16 anos no Ensino Superior. Atualmente é aposentada e trabalha em uma faculdade privada realizando atividades docentes e de coordenação de grupos de pesquisa. O nome da entrevistada, pessoas e instituições mencionadas ao longo da narrativa foram alterados ou omitidos a fim de preservar o anonimato.

A partir das contribuições de Dyami, foram estabelecidos eixos temáticos – percurso educacional e profissional, docência na educação superior, e raça, gênero e docência – sendo a análise realizada a partir destes elementos, buscando identificar as relações interseccionais ao longo da narrativa.

Percurso educacional/profissional

A respeito da sua formação educacional, Dyami situa que a escolha pela carreira docente surgiu ainda na adolescência. Por ser natural do interior do Rio Grande do Sul, cursar o magistério era uma das poucas opções de carreira para as jovens daquela região: *“Era o que a gente fazia naquela época, tu ias para as regiões da campanha, para as escolas rurais. Quando você fazia concurso do município era assim.”* Contudo, atuou pouco em escola rural pois casou logo após a conclusão do curso, mudando-se para a região metropolitana de Porto Alegre: *“Eu cheguei aqui e as oportunidades eram muito maiores do que as do município lá da fronteira, de onde eu sou natural.”*

Dyami relata que desde o início de seu percurso docente percebeu que as ações pedagógicas nas escolas precisavam de dinâmicas inovadoras e novos olhares. Ela assinala que no ano de 1987 começa a trabalhar em uma escola de educação infantil e no ano seguinte é selecionada para atuar como docente de uma rede de ensino privada na cidade de Novo Hamburgo-RS. Ela relembra que na época era a única docente negra que havia ingressado na instituição: *“Naquela escola eu era a única professora negra que estava entrando, que estava*

Revista Interinstitucional Artes de Educar. Rio de Janeiro, V.8, N.3 - pág. 941 - 961 set-dez de 2022: “Dossiê: Educação Especial numa perspectiva inclusiva, acessibilidade e inovação tecnológica”.

DOI: <https://doi.org/10.12957/riae.2022.59478>

chegando, não existia nenhuma (risos).” Foi também neste espaço que ela percebeu a importância e a urgência de se pensar acerca da formação de professores, em virtude de situações observadas no cotidiano escolar. *“Eu sempre tive muita ansiedade de ir crescendo e a gente acaba observando situações que poderiam ser diferentes dentro de um espaço. Foi nessa perspectiva que eu comecei a trabalhar, a estudar mais a formação de professores”*. hooks (2013) concebe que para as professoras negras a docência é um ato político, espaço de possibilidades de mudanças e revolução. O relato de Dyami evidencia que o desejo de desenvolver-se está relacionado com a necessidade de transformação social através da educação.

A participante assinala que após concluir a graduação em Pedagogia começou a atuar como coordenadora pedagógica. No entanto, ela explica que sempre procurou estar em sala de aula junto aos alunos, mesmo após assumir um cargo de gestão. Ela conta que após ter concluído o mestrado, também assumiu turmas de educação infantil numa das escolas em que era pedagoga. *“Na minha trajetória eu sempre entendi que ser professor e não estar nos espaços das escolas ou ser coordenador pedagógico e não estar na sala de aula distanciava muito o discurso da prática”*. Conforme hooks (2013) a sala de aula deve ser vista como um espaço comunitário, de possibilidade de trocas de experiências, sempre em diálogo com o mundo que existe fora dela, convergindo com o sentimento da participante de permanecer em contato com vivências do cotidiano escolar.

Dyami compartilha que o seu trabalho de conclusão da graduação teve como escopo a educação infantil na perspectiva da formação de professores, tema que continuou pesquisando na pós-graduação. Ela sinaliza que participou da formação de grupos de pesquisa que debatiam sobre a inclusão de pessoas com deficiência nos anos de 1990, período em que se intensificavam as discussões sobre a temática no âmbito educacional. *“Na década de 90, quando a inclusão de crianças com deficiência, das pessoas com deficiência na escola regular começou a ser debatida, nós formamos um grupo de estudos dentro da escola, foi uma coisa muito de inovadora na época”*. Através da narrativa de Dyami, percebe-se o seu olhar atento às pautas identitárias que emergiam naquele momento. De acordo com Akotirene (2019) o pensamento interseccional característico do feminismo negro faz com que as afrodescendentes se sensibilizem com as múltiplas opressões, das raciais e de gênero vivenciadas por elas. Collins (2019) aponta que a convergência de opressões vivenciadas pelas próprias mulheres negras às impulsionam para o combate às diversas formas de discriminação e exclusão.

A participante menciona que a formação de professores se torna uma de suas principais frentes de trabalho na educação: *“A formação de professores passou a ser a minha bandeira,* Revista Interinstitucional Artes de Educar. Rio de Janeiro, V.8, N.3 - pág. 941 - 961 set-dez de 2022: *“Dossiê: Educação Especial numa perspectiva inclusiva, acessibilidade e inovação tecnológica”*. DOI: <https://doi.org/10.12957/riae.2022.59478>

uma das minhas bandeiras fortes, um dos trabalhos mais importantes da minha vida". Ela destaca que organizou grupos de trabalho que tinham por objetivo articular ações de formação, além de organizarem uma coletânea que abordava temas diversos voltados para a prática docente. *"A gente começou a organizar livros, a convidar pessoas que trabalham sobre isso e publicamos uma coletânea sobre formação de professores."* A participante destaca que outros materiais ainda serão publicados, trazendo outros temas com o intuito de motivar os docentes e destacar o reconhecimento do papel do professor. Gonzalez (2016) defende que muitas afrodescendentes, influenciadas pelo feminismo negro, desenvolvem nas diversas esferas discussões prático-teóricas acerca dos mais diversos temas. As práticas realizadas por Dyami dão a proporção do engajamento social e político dessas mulheres nas esferas em que estão presentes.

Docência na educação superior

Dyami relata que sua primeira experiência docente foi como professora substituta, passando a conciliar a educação superior com a coordenação pedagógica na educação básica. Ela entende que múltiplas vivências na educação conferem propriedade ao trabalho junto aos estudantes do curso de Pedagogia: *"Eu fiz questão de permanecer na escola básica. Tu tens mais legitimidade para falar das coisas, tu estás com o estudante do curso de uma licenciatura trazendo uma situação escolar que tu sabes que é possível, porque tu tens essa vivência"*. O relato de Dyami compactua com o que defende hooks (2013) ao afirmar que os professores devem ter o compromisso com o processo de autoatualização, pois somente assim poderão fortalecer e capacitar os seus alunos.

Sobre a sua relação com os estudantes da educação superior, Dyami relata ser exigente, porém buscando manter o bom humor. Percebe que um posicionamento mais rígido se fez necessário em diversas situações ao longo de sua carreira. *"Eu sou muito chata nesse sentido, sempre tive essa forma de ser. Eu brinco com os meus alunos: se eu não fosse dura do jeito que eu sou e não trouxesse sempre uma argumentação para aquilo que eu acredito, eu já estaria trucidada em todos os lugares."* Collins (2019) aponta que a ideia de homogeneidade social mantém poderosamente as mulheres negras em posições de inferioridade e subordinação, obrigando-as a elaborar estratégias de resistência ao longo de suas vidas.

Conforme Gonzalez (2016) as múltiplas discriminações que atravessam as existências destas mulheres determinam quais lugares elas podem ocupar e sustentam a exclusão social. A respeito das atitudes discriminatórias que vivenciou Dyami expressa senso de humor ao explicar como lida com este tipo de situação. *"Se eu sinto uma situação de discriminação, de*
Revista Interinstitucional Artes de Educar. Rio de Janeiro, V.8, N.3 - pág. 941 - 961 set-dez de 2022: "Dossiê: Educação Especial numa perspectiva inclusiva, acessibilidade e inovação tecnológica".
DOI: <https://doi.org/10.12957/riae.2022.59478>

racismo, seja lá o que for, eu 'dou a corda'. Eu dou a corda e quando chega lá no final, a corda já está no último laço, eu dou o nó e tranco ela, sabe?(risos)”.

Dyami também reflete sobre a presença de mulheres negras nas universidades e observa que precisaram ultrapassar diversas barreiras ao longo de seus percursos. *“A gente sabe que essas mulheres negras que hoje estão nas universidades foram aquelas que tiraram o seu último centavo da gaveta para investir na formação e chegar aonde chegaram”*. Ela destaca as dificuldades para as afrodescendentes ingressarem na docência da educação superior, situação que é refletida na ausência em programas de pós-graduação das universidades. *“Com muito custo elas conseguiram entrar em uma universidade pública para fazer um mestrado ou um doutorado para se qualificar e poder atuar em uma universidade, seja ela pública ou privada.”* Conforme aponta Carneiro (2003) as mulheres negras carregam de forma violenta o peso do racismo e do sexismo, dificultando o seu acesso à educação e consequentemente às oportunidades no mercado de trabalho.

Para a participante, a formação é o aspecto mais difícil na vida das mulheres, pois muitas delas são obrigadas a abrir mão dos estudos por questões familiares. *“São esses espaços, principalmente para nós mulheres, que são muito mais ceifados. Por exemplo: casou, teve filhos e teve que priorizar a família e não pode mais estudar.”* Nesta perspectiva, Gonzalez (2016) aponta que além das desigualdades de gênero enfrentadas por todas as mulheres, muitas afrodescendentes ainda enfrentam dificuldades econômicas, sendo frequentemente as responsáveis pelo sustento de suas famílias, impossibilitando o investimento pessoal em educação.

Diante disso, Dyami destaca a importância da formação de professores no intuito de dar subsídios aos docentes para a orientação de jovens de diversos grupos identitários. *“Talvez seja o que está faltando na nossa comunidade, nos nossos grupos, nos nossos lugares é esse espaço de orientação para essas mulheres jovens, negras e jovens negros, jovens LGBT”*. Akotirene (2019) salienta que em convergência com o feminismo negro, as afrodescendentes engajadas em atividades sociais dialogam com outras pautas identitárias, com outras encruzilhadas. A pesquisadora aponta que as contribuições deste diálogo interseccionado pelas múltiplas identidades precisam ser compartilhadas entre a população LGBTQI+, pessoas com deficiência, indígenas, trabalhadoras, entre outros grupos.

Raça, gênero e docência

Ao refletir sobre as questões de raça e gênero, Dyami relata não receber concessões por ser uma mulher negra e entende que as afrodescendentes aos poucos estão conquistando o seu

Revista Interinstitucional Artes de Educar. Rio de Janeiro, V.8, N.3 - pág. 941 - 961 set-dez de 2022: “Dossiê: Educação Especial numa perspectiva inclusiva, acessibilidade e inovação tecnológica”.

DOI: <https://doi.org/10.12957/riae.2022.59478>

espaço na universidade. *“Eu vou te dizer que eu nunca tive privilégio dentro de lugar nenhum, por ser negra e mulher, por ser mulher negra. Eu acho que esse espaço, é um espaço que ainda está sendo muito conquistado pelas mulheres, pelas professoras negras principalmente.”* Ela observa que a maioria das professoras negras atua na educação básica e que apesar de perceber um aumento na representatividade na docência escolar, não é incomum serem as únicas negras do corpo docente das instituições. *“Hoje tem bastante, na minha época não tinha tanto. Bastante que eu digo é uma em cada lugar, em uma escola não existe um conjunto. Sempre é uma que está lá sofrendo e sendo a que vai representar a etnia na escola”.*

A participante explicita que as professoras negras são frequentemente vistas como as únicas responsáveis para tratarem das questões étnico-raciais nas escolas, pelo fato de serem afrodescendentes. Gomes e Jesus (2013) declaram que a resistência e tensões existentes em torno desta temática evidenciam a falta de uniformidade no processo de implementação de leis como a 10.639/2003 (BRASIL, 2003). Os autores apontam a necessidade de práticas que desconstruam o imaginário racista presente no cotidiano escolar, constituindo desafios para gestores, educadores negros e não negros, indicando a urgência de ações voltadas para formação de professores nessa perspectiva.

Dyami assinala que ao longo de sua carreira vivenciou situações em que percebeu que sua presença não era bem aceita, porém afirma que procurou manter um bom convívio apesar das diferenças. *“Eu tive que me ver muitas vezes com pessoas que tomavam para o lado pessoal, como se a tua presença fosse uma ofensa para determinada pessoa. O problema não é meu (risos), eu também não te suporto, mas eu estou aqui no espaço em que tu estás, e preciso conviver contigo.”* A participante assinala não ser possível manter uma postura combativa ou de lamentação diante de cada situação de discriminação. Segundo ela, a discriminação é um problema de quem comete e por isso entende que assumir uma postura de combate ou vitimização não é a melhor estratégia. *“Não dá para ficar na queixa, não dá para ficar no choro e só ficar dizendo: eu sou discriminada, me perseguem! A mim ninguém persegue, quem quiser discriminar que discrimine e que engula a sua discriminação, o seu racismo, que fique com eles para si”.*

O relato de Dyami conflui com as questões trazidas por Bento (1995) em seus estudos acerca dos impactos do passado escravista sobre a população branca, que por muito tempo esteve ausente das investigações sobre relações raciais. Ela destaca a necessária produção de conhecimento que reconheça a existência de discriminadores e não apenas dos discriminados. Dyami relata que em diversas ocasiões recebeu comentários destacando a condição de única mulher negra, supostamente como forma de elogio. Ela entende que esta é uma estratégia

Revista Interinstitucional Artes de Educar. Rio de Janeiro, V.8, N.3 - pág. 941 - 961 set-dez de 2022: “Dossiê: Educação Especial numa perspectiva inclusiva, acessibilidade e inovação tecnológica”.
DOI: <https://doi.org/10.12957/riae.2022.59478>

utilizada para enfatizar a ausência das mulheres em determinados cargos e procura responder com ironia a estes comentários. “*Quando a pessoa me diz que sou a única professora negra, eu respondo: Eu sou?! Nem sabia, nem me dei conta! Eu estou aqui como professora, não estou aqui para me selecionarem como branca, preta, amarela, vermelha*”.

A docente salienta que no ambiente organizacional as pessoas negras são alvo de piadas, brincadeiras e comentários sutis que tentam reforçar a ideia de inferioridade. No entanto, afirma que jamais permitiu este tipo de atitude nos lugares em que ocupou. “*Eu tenho a honra de dizer que eu nunca dei a oportunidade para essas pessoas se divertirem com a minha presença*”. A respeito da realidade das mulheres negras no meio universitário, hooks (1995) explica que apesar das manifestações que supõem acolhimento a estas mulheres, aquelas que se mostram mais engajadas frequentemente são vistas com desconfiança. Kilomba (2019) sustenta que no intuito de mascarar pensamentos racistas, é comum que pessoas não negras se utilizem de palavras e comportamentos amigáveis, dificultando a identificação do racismo. A pesquisadora afirma que, ao contrário do que se supõe, a universidade também reproduz violência através das constantes tentativas de silenciamento das mulheres negras.

A ausência de profissionais negro e negras nas instituições é um reflexo da desigualdade de oportunidades pois, como destacam Munanga e Gomes (2016), o mercado de trabalho evidencia de forma explícita a necessidade de democratização racial. Para Dyami, a falta de representatividade no ambiente universitário também demonstra a resistência das instituições em adotar ações afirmativas.

Sempre foi assim. Infeliz de quem não pode ter mais professores negros, infeliz de quem dentro da sua instituição não consegue atender a diversidade. Acho que é necessário. As pessoas falam de propósito: Tu és a única professora negra. E eu respondo: Sim, eu sou a única professora negra. Por que a instituição não contrata mais? Bom, não sei. Eu não sou a mantenedora. Deve existir uma política dentro da instituição que não permite que aqui dentro tenha mais negros do que eu (risos).

Dyami argumenta que apesar das adversidades vivenciadas ao longo de sua carreira docente, busca permanentemente afastar os sentimentos negativos presentes nas atitudes discriminatórias e busca inspiração na cultura ancestral africana. “*Eu sempre uso muito os termos dos nossos griôs^{iv}: aquilo que eu desejo pra mim, é aquilo que eu desejo pra ti. Então eu não posso desejar o mal para ti, pois estarei desejando para mim*”. A fala da participante remete à Akotirene (2019) ao afirmar que além do diálogo com as múltiplas avenidas identitárias, o pensamento interseccional colocado pelas feministas negras também visa recuperar as bagagens ancestrais arrancadas na escravização dos povos africanos.

A respeito da presença das mulheres negras nas universidades, Dyami acredita que algumas barreiras têm sido ultrapassadas. Contudo, ela destaca que se faz necessária uma maior participação destas mulheres também no âmbito político:

Esse lugar ainda está sendo constituído, das mulheres negras nos espaços universitários, nos espaços de poder dentro das organizações educacionais de uma forma geral. Você não viu ainda uma mulher negra ministra da educação, você não viu ainda uma mulher negra secretária de educação do Rio Grande do Sul. Você ainda não viu nesses lugares essas pessoas. Então esses espaços também precisam ser ocupados por mulheres negras ou por essas questões de gênero e raça, dentro da equidade.

Collins (2019) assinala que as opressões de raça, classe e gênero estruturam as relações sociais que as afrodescendentes vivenciam - família, comunidade, empregadores e sociedade em geral, impedindo que elas estejam representadas em todos os âmbitos sociais. Munanga e Gomes (2016) explicitam que a compreensão a respeito da ausência de discussões de gênero articuladas com a questão racial nos movimentos feministas levou as afrodescendentes a iniciarem uma luta específica.

Dyami atualmente participa de coletivos de docentes negras e associações de cultura afrobrasileira. “A gente acaba se envolvendo em muitas frentes e ao mesmo tempo buscando muitas discussões. As religiões afrobrasileiras são o meu foco também, de busca, de discussão, de trabalhar a questão do diálogo inter-religioso e da diversidade no ensino religioso”. Afirma ser fundamental o resgate e valorização do conhecimento dos povos africanos e afrodiáspóricos, enfatizando a importância do compartilhamento deste conhecimento com os seus alunos e com outros professores através das formações docentes: “É história nossa de vida, enquanto descendentes de africanos. O nosso conhecimento, o nosso saber tem um valor enorme!”.

Gonzalez (2016) argumenta que a história oficial descreve o povo negro como passivo, aceitando pacificamente o processo de escravização. No entanto, sua história sempre foi marcada por lutas e formas de resistência. Para Akotirene (2019) a presença ancestral de mulheres negras demonstra a força gerada pelas águas do Atlântico Negro e que atravessa o pensamento interseccional. Esta interseccionalidade proposta pelo feminismo negro é a dimensão prática na busca por justiça e depende da garantia de existência e permanência da população negra em todos os espaços, de forma justa e igualitária.

Considerações finais

O estudo propôs investigar a presença de mulheres negras na educação analisando as interseccionalidades presentes nas experiências docentes. A partir de estudo de caso, na

perspectiva da história de vida de uma docente negra, foi estabelecido um diálogo entre os marcadores de gênero e raça, avaliando os impactos destes nos percursos profissionais no âmbito da educação superior.

A análise sob a perspectiva do lócus de enunciação permitiu um olhar não estrangeiro acerca da história compartilhada, em virtude da convergência de lugares de fala entre pesquisadora e entrevistada – mulher, negra, educadora, residente na região metropolitana de Porto Alegre. A história de vida da pesquisadora possibilitou o reconhecimento das marcas identitárias que se entrecruzam e impactam as existências das mulheres negras, sendo percebidas e entendidas de forma interseccional.

No que compete ao percurso educacional e profissional da entrevistada identifica-se que a escolha pela carreira docente se deu pelas restritas possibilidades de profissionalização e que a formação de professores tornou-se o seu foco de atuação. A docência no ensino superior foi conciliada com o trabalho na educação básica, dando legitimidade de argumentação junto aos alunos do curso de pedagogia.

Analisando as dimensões raça, gênero e docência, a história de vida investigada revela que a participação da entrevistada em coletivos é percebida como um instrumento de resgate, valorização, compartilhamento da cultura negra e conexão com a ancestralidade. Também é revelada a importância de discussões acerca da presença restrita de mulheres negras no ambiente universitário, trazendo à tona as intersecções existentes entre o racismo e o sexismo neste espaço.

A análise possibilitou a reflexão sobre a necessidade de formações pedagógicas e espaços de aprendizagem que promovam a valorização da cultura afro-brasileira. A participante destaca a necessidade de formação de professores, dando subsídios para a orientação de jovens e adultos de diversos grupos identitários - mulheres, afrodescendentes, população LGBT. Diante disso, a interseccionalidade proposta pelo feminismo negro pode ser percebida como uma possibilidade no contexto das formações docentes tendo em vista a emancipação e o combate às opressões, dialogando com outras pautas identitárias.

Referências

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 229-236, 2000. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880>>. Acesso em: 27 jan. 2021.

Revista Interinstitucional Artes de Educar. Rio de Janeiro, V.8, N.3 - pág. 941 - 961 set-dez de 2022: “*Dossiê: Educação Especial numa perspectiva inclusiva, acessibilidade e inovação tecnológica*”.

DOI: <https://doi.org/10.12957/rae.2022.59478>

- BAIROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 3 n. 2, p. 458-563, 1995. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16462>>. Acesso em: 1 fev. 2021.
- BAPTISTA, Livia Márcia Tiba Radis. (De)colonialidade da linguagem, lócus enunciativo e constituição identitária em Gloria Anzaldúa uma “new nestiza”. *Polifonia*, Cuiabá, v. 26, n.44, p. 01-163, out./dez., 2019. Disponível em: <<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/8974>>. Acesso em: 8 mar. 2021.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSGOUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. *Soc. estado*. Brasília, v. 31, n. 1, p. 15-24, abr. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922016000100015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 8 mar. 2021.
- BENTO, Maria Aparecida. Mulher negra no mercado de trabalho. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 3 n. 2, p. 479-488, 1995. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16466>>. Acesso em: 4 fev. 2021.
- BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF, 9 jan. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm>. Acesso em: 20 ago. 2021.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 1.176, de 27 de abril de 2011. Institui o Programa de Proteção e Promoção dos Mestres e Mestras dos Saberes e Fazeres das Culturas Populares. Brasília, DF, abr. 2011. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=499716>>. Acesso em: 5 mar. 2021.
- CARNEIRO, Sueli. Gênero Raça e Ascensão Social. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 544-552, 1995. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16472>>. Acesso em: 1 fev. 2021.
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. *Estud. av. São Paulo*, v. 17, n. 49, p. 117-133, dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 2 fev. 2021.
- COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- DAVIS, Angela. *A liberdade é uma luta constante*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). Boletim Especial: desigualdade entre negros e brancos se aprofunda durante a pandemia. São Paulo: 2020. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2020/boletimEspecial03.html>>. Acesso em: 10 fev. 2021.
- GELEDÉS INSTITUTO DA MULHER NEGRA. *52 nomes africanos femininos e masculinos para o seu bebê*. São Paulo: 2020. Disponível em: < <https://www.geledes.org.br/52-nomes-africanos-femininos-e-masculinos-para-o-seu-bebe/> > Acesso em 02 fev. 2021.
- GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

- GOLDENBERG, Mirian. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- GOMES, Nilma Lino; JESUS, Rodrigo Ednilson de. As práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei 10.639/2003: desafios para a política educacional e indagações para a pesquisa. *Educ. rev.*, Curitiba, n. 47, p. 19-33, mar. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602013000100003&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 5 mar. 2021.
- GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira. In: RODRIGUES, Carla; BORGES, Luciana; RAMOS, Tania Regina Oliveira (Orgs.). *Problemas de gênero*. Rio de Janeiro: Funart, 2016.
- HOOKS, bell. Intelectuais negras. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis. v. 3 n. 2, p. 464-478, 1995. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465>>. Acesso em: 1 fev. 2021.
- HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.
- JOSSO, Marie Christine. A transformação de si a partir da narração de histórias de vida. *Educação*, v. 30, n. 3, 2007. Disponível em <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/2741>>. Acesso em: 1 mar. 2021.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo de educação superior 2016. Brasília: 2017. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/>>. Acesso em: 20 fev. 2021.
- KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios do racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. *O negro no Brasil de hoje*. São Paulo: Global, 2016.
- QUADROS, Taiana Flores de. Vida de mulheres negras, professoras universitárias da Universidade Federal de Santa Maria. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/handle/1/7228>>. Acesso em: 28 fev. 2021.
- SANTOS, Patrícia Fernanda Heliodoro dos. Racismo e sexismo: mulheres na docência do ensino superior em Montes Claros (1998-2015). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, Montes Claros, 2018. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7561026>. Acesso em: 28 fev. 2021.
- SOUZA, Fernanda Aparecida. A participação de pesquisadoras negras de Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu da UFMG na produção do conhecimento científico. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6555569>. Acesso em: 2 mar. 2021.

ⁱ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

ⁱⁱ *bell hooks* (escrito em minúsculo) é o pseudônimo de Gloria Jean Watkins e será grafado desta forma ao longo do texto.

ⁱⁱⁱ Nome de origem africana, provavelmente significa *águia*. (GELEDÉS INSTITUTO DA MULHER NEGRA, 2020)

^{iv} O termo *Griô* é universalizante, porque ele é um abasileiramento do termo *Griot*, que por sua vez define um arcabouço imenso do universo da tradição oral africana. (BRASIL, 2011)